

"Oficializando" a moratória da dívida

Os países que integram o Grupo dos Oito (Brasil, Argentina, México, Uruguai, Venezuela, Colômbia, Panamá e Peru) firmaram ontem um pacto no sentido de se solidarizar com todo país devedor que venha a adotar uma posição unilateral nas negociações das suas dívidas externas, limitando o pagamento dos juros e das amortizações. Essa "oficialização latino-americana" da moratória, como vem sendo chamada pelos integrantes de algumas das delegações dos oito países, consta do documento "Compromisso de Acapulco para a paz, o desenvolvimento e a democracia", firmado entre os presidentes do Grupo dos Oito, que se comprometem a promover consultas mútuas entre seus governos, para conduzir as negociações da dívida externa.

O documento, de 17 páginas, estabelece uma orientação para que os países devedores da América Central possam encaminhar melhor as negociações das suas dívidas externas, consolidando o estabelecimento de limites às taxas de juros a serem pagas, e a necessidade de se garantir refinanciamento dos credores. Os ministros dos países devedores serão instruídos ainda para tentar obter desconto da dívida externa, estipulado pelo mercado financeiro.

O documento aborda ainda as questões da paz na América Central, do desarmamento das superpotências, da cooperação tecnológica, assumindo uma posição crítica contra o protecionismo adotado pelos países desenvolvidos. Reafirma ainda as intenções de se criar um mercado comum latino-americano e de se fortalecer a integração da América Latina sem barreiras ideológicas, e faz uma crítica velada (sem citar nome) aos Estados Unidos, pela sua intromissão na América Central.

Dívida externa

Segundo expressam os oito presidentes, a questão da dívida externa tem de ser tratada em seus aspectos políticos, sem estar desvinculada da real capacidade de pagamento dos países devedores, "princípios estes que não têm prevaência nas negociações feitas até aqui entre credores e devedores". Os resultados das negociações da dívida externa da América Latina

na até agora não passam de paliativos temporários "e não constituem solução permanente para o problema, já que o peso da dívida aumentou. Os processos de negociação são demasiado longos e complexos, com o que se gera a incerteza na formulação de políticas de desenvolvimento de longo prazo e se inibem as decisões sobre investimentos e as correntes autônomas de financiamento".

Frente à impossibilidade de se atender ao serviço da dívida acima da capacidade de pagamento dos países devedores é que os presidentes latino-americanos decidem orientar as negociações conforme uma pauta onde se assinala:

1) Assegurar créditos suficientes e em termos adequados dos bancos comerciais, que permitam continuar os programas de desenvolvimento e limitem a transferência líquida de recursos e financiem uma proporção apropriada dos ju-

ros ou outros compromissos com tais bancos (sem este financiamento, o serviço regular da dívida não é possível); 2) estabelecer limites à taxa de juros, conforme modalidades decididas entre as partes e a fim de contribuir para uma maior certeza, para a continuidade dos programas de desenvolvimento e para previsibilidade da gestão econômica.

Os ministros latino-americanos



Acapulco: a leitura do documento final.

E a África pode dar um calote geral

Adis-Abeba, a capital da Etiópia, poderá tornar-se hoje berço da primeira declaração de moratória continental quando, após se abrirem ali os trabalhos da conferência da Organização da Unidade Africana (OUA), os 50 países da África Negra — que se encontra em meio a grave crise financeira — apresentarem a proposta de moratória de sua dívida conjunta de 200 bilhões de dólares. A medida foi acertada no sábado, no final de um encontro preliminar dos chanceleres da OUA, e deverá ser ratificada hoje pelos chefes de governo.

A moratória, entretanto, incide apenas sobre o serviço da dívida dos países africanos, e foi considerada uma decisão conciliatória entre as teses dos países mais radicais — que defendem o simples não-pagamento da dívida — e os mais moderados, que tentam honrar seus compromissos. Ao mesmo tempo, é provável que os chefes de Estado façam um novo apelo aos países do Primeiro Mundo por condições mais favoráveis ao pagamento da dívida. "É necessário uma negociação internacional sobre questões para as quais nossa região não tem outra alternativa senão de-

finir um padrão comum", afirmou ontem o presidente etíope e anfitrião do encontro, Mengistu Hailê Mariam. E o secretário-geral da OUA, Ide Oumarou, observou que a África se encontra praticamente em "estado de insolvência".

Devido à situação crítica dos países devedores, vários deles atualmente ameaçados pela fome, a reunião da OUA foi convocada no final de julho pelo presidente de Zâmbia e da Associação Pan-Africana, Kenneth Kaunda, para análise conjunta desse "mal endêmico" que afeta os países africanos e de suas causas.

dos oito países que assinam o documento ficam instruídos a manter negociações com os governos dos países industrializados, os organismos financeiros internacionais ou os bancos comerciais, a fim de criar mecanismos que permitam que "nossos países se beneficiem dos descontos do valor das respectivas dívidas no mercado, com a conseqüente redução do seu serviço e impulsionar a aplicação de

chefes dos países industrializados para um diálogo político que permita superar os obstáculos ao desenvolvimento, à reordenação da economia mundial e à tomada de decisões em matéria de paz e segurança. E convidam os governos da América Latina e do Caribe para construir um projeto comum de desenvolvimento.

O documento do "Grupo dos Oito" assume o compromisso de dar

mesmo assim, eles deixaram claro desde o início que não afastarão as oportunidades de um "diálogo construtivo" com os países credores.

O secretário-geral da OUA exortou os países industrializados a compreenderem que é preciso haver alternativas para atenuar o peso da dívida, sugerindo como uma delas o aumento dos investimentos na África. Outra solução possível seria, segundo Oumarou, o aumento dos preços dos produtos de exportação africanos (matérias-primas e produtos agrícolas que nos últimos anos tiveram seus preços diminuídos).

mecanismos que compensem flutuações transitórias fora do controle dos países devedores, como é o caso das taxas de juros.

Integração

Os oito presidentes comprometeram-se a se reunir anualmente para discutir todos os problemas latino-americanos. Destacam que "somente uma maior identidade e uma melhor articulação de interesses da América Latina e do Caribe reduzirão a vulnerabilidade da região frente a fatores externos. Convocam os

continuidade aos esforços de paz para a América Central e faz uma crítica velada aos Estados Unidos por se intrometerem nas questões dos outros países, criticando ainda implicitamente aquele país pela adoção de medidas protecionistas e retaliativas que comprometem o desenvolvimento: "Formulamos um apelo aos governos com interesses e vínculos na região (América Central) para que contribuam genuinamente para esse processo (negociação diplomática) e respeitem os princípios de não-intervenção e autodeterminação, os quais são fundamentais para a convivência harmônica entre os Estados centro-americanos".

O documento reafirma o apoio do "Grupo dos Oito" ao acordo, garantindo a entrega do controle do Canal do Panamá ao governo local e o reconhecimento de que as Malvinas são argentinas. Assume ainda o compromisso de combater o tráfico de drogas, de elaborar um programa contra a pobreza do Continente, de instituir um parlamento latino-americano e de executar programas comuns de desenvolvimento tecnológico, marcando a próxima reunião dos oito presidentes para o segundo semestre de 1988, no Uruguai.

O presidente Miguel De La Madrid, do México, defendeu uma completa revisão da OEA (Organização dos Estados Americanos), que passaria a contar novamente com a participação de Cuba, expulsada daquele organismo em 1962, após servir de palco para um conflito entre a União Soviética e os Estados Unidos (a crise dos mísseis). As afirmações de De La Madrid sobre a revisão da OEA foram feitas durante a entrevista coletiva à imprensa, no Centro Internacional de Convenções de Acapulco, pelos presidentes latino-americanos que integram o "Grupo dos Oito" e que seguiram de volta ontem mesmo para os seus respectivos países — menos o presidente Sarney, que viajou à Costa Rica.

O presidente mexicano destacou que o fato de a América Latina estar reforçando os seus próprios mecanismos de concertação política e de cooperação econômica não implica na rejeição da OEA.

Helival Rios, enviado especial